



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INFÂNCIA E A
PRÁTICA DO PROFESSOR/A**

ALISSANDRA CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA

GUARABIRA-PB
2015

ALISSANDRA CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INFÂNCIA E A
PRÁTICA DO PROFESSOR/A**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Departamento de Educação, Campus III, como pré-requisito para a conclusão do curso de Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil.

GUARABIRA-PB
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

O48e Oliveira, Alissandra Cristiane da Silva

Educação das relações étnico-raciais na infância e a prática do professor/a / Alissandra Cristiane da Silva Oliveira. – Guarabira: UEPB, 2015.

31 p.

Monografia (Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof^a. Dr^a. Marta Furtado da Costa”.

1. Preconceito. 2. Racismo. 3. Educação Infantil.
I.Título.

22.ed. CDD 372.24

ALISSANDRA CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA INFÂNCIA E A PRÁTICA
DO/A PROFESSOR/A**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Departamento de Educação, Campus III, como pré-requisito para a conclusão do curso de Especialização Étnico Racial na Educação Infantil.

BANCA EXAMINADORA

Marta Furtado da Costa

Profª Drª Marta Furtado da Costa (Orientadora)

Waldeci Ferreira Chagas

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Profª Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Aprovada em: 16, 12, 15

GRADECIMENTOS

A Deus por me conceder saúde e disponibilidade para que eu pudesse desenvolver essa monografia e realizar mais um sonho.

Aos meus colegas do curso que me apoiaram e incentivaram nos momentos de desespero, especialmente Estefanny e Sonia.

A coordenadora do curso de Especialização Ivonildes Fonseca que juntamente com o colegiado me concederam uma segunda oportunidade de defender esse trabalho.

Em especial a professora Marta que aceitou fazer essa orientação, pela sua paciência, e por acreditar na minha capacidade.

A grande amiga Maria Da Luz, pelo seu incentivo e apoio.

A minha mãe, pessoa essencial na minha vida que mesmo diante de seus problemas, ainda consegue me apoiar para que eu possa estudar.

Ao meu esposo que muito contribuiu para a conclusão deste curso.

E a minha filha Anielly, que pela sua vivencia escolar, mesmo sem saber, muito me inspirou para escrever.

E as crianças da sala de Acolhimento cuja vivencia em muito contribuíram para as informações necessárias a essa produção.

E de pai pra filho o racismo passa, em forma de piadas que teriam bem mais graça se não fosse o retrato da nossa ignorância, transmitindo a discriminação desde a infância. E o que as crianças aprendem brincando, é nada mais nada menos do que a estupidez se propagando.

(Gabriel Pensador)

RESUMO

Esse trabalho traz um relato de experiência na Educação Infantil vivenciado na sala de Acolhimento do ProJovem Urbano na cidade de Guarabira, cujas metodologias foram a observação e participação, uma vez que, enquanto educadora cuidadora da Sala de Acolhimento, estava numa relação direta com alunos e professores dessa modalidade de ensino. Essa experiência despertou para uma reflexão a respeito da discriminação racial sofrida pelas crianças, discriminação essa que ocorre nos diversos segmentos sociais que a criança está envolvida, inclusive na escola. Sendo assim, a criança convive e assimila conceitos e padrões discriminatórios enraizados no meio social, sofrendo no cotidiano escolar os efeitos do preconceito por parte dos colegas e até de muitos profissionais da educação. Eis então a importância da formação do professor em educação étnico-racial, pois estando informado ele pode reconhecer os conflitos e intervir diante das atitudes preconceituosas.

Palavras-chave: Preconceito; Racismo; Educação infantil.

ABSTRACT

This work brings a case studies on early childhood education experienced in host room the ProJovem Urbano in city of Brazil, whose methods were observation and participation, since, while nurturing caregiver of the host room was in a direct relationship with the students and teachers of this modality of education. This experience awakened to a reflection about the racial discrimination suffered by children, discrimination which correnos various social segments that the child is involved, including at school. Thus, the child lives and assimilates and discriminatory standards concepts rooted in the social environment, suffering in school daily the effects of bias from colleagues and even many education professionals. This is the importance of teacher training in ethnic-racial education, because being informed he can recognize the conflicts and intervene before the prejudiced attitudes.

Key words: Bias; Racism; Early childhood education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Desenho de si Princesa	27
FIGURA 02: Desenho de si amarela.....	27
FIGURA 03: Deseho de si moreno.....	27

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Desenhar e pintar a si próprio uma forma de se reconhecer.....	24
Foto 02: Brincadeira com bonecas brancas e pretas.....	25
Foto 03: Contaçon de história: Menina bonita do laço de fita.....	26
Foto 04: Contaçon de história: Menina bonita do laço de fita.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR	12
2 O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	18
3 A EXPERIÊNCIA NA SALA DE ACOLHIMENTO	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Durante a minha vivência escolar como educadora¹ cuidadora, tive a oportunidade de atuar no Programa ProJovem Urbano, na cidade de Guarabira/PB, durante os anos de 2014/2015. Durante este período, pude atentar para questões cotidianas de preconceito e discriminação racial vivenciadas pelas crianças na convivência escolar. Através de relatos das crianças, percebi que o discurso ofensivo e agressivo dos colegas de escola, geralmente caracterizados pela discriminação e preconceito, lançavam mão de termos que tratavam de forma negativa os traços físicos afro-brasileiros.

Conforme Valente (1998), o preconceito racial é ideia preconcebida suspeita de intolerância e aversão de uma raça em relação a outra, sem razão objetiva ou refletida, acompanhado de uma atitude discriminatória. Já a discriminação racial é atitude ou ação de distinguir, separar as raças tendo por base ideias preconceituosas.

Muitas crianças atendidas pela sala de acolhimento do Programa ProJovem Urbano reproduziam na prática um discurso de discriminação em relação aos colegas. Outras crianças eram vítimas de situações de discriminação por parte até mesmo da família, a exemplo de uma mãe que chamava a filha de "cabelo de Bombril", "cabelo de fogo", "tiçãozinho da mamãe".

Diante deste tipo de situação, dentre tantas outras presenciadas, considero imprescindível pensar numa prática pedagógica voltada à valorização da pele, do cabelo, dos traços físicos e da cultura africana e afro-brasileira contribuindo para a autoestima das crianças negras.

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos

¹ Existem diferenças gritantes entre a figura do professor e do educador. O professor tem a função de transmitir o seu conhecimento, enquanto o educador é comprometido com a formação integral do ser humano e com a sua interação com a família e a sociedade. O professor sai de casa para mais um dia de aula, enquanto o educador busca formas para promover a transformação do seu aluno. O professor vê no erro do aluno apenas um erro enquanto o educador o vê como fase de transição no processo de aprendizagem. O professor impõe seus ideais como centro do conhecimento, enquanto o educador é um mediador da relação ensino-aprendizagem. NETO, 2005 IN: <http://www.psicopedagogia.com.br/opiniao/opiniaio.asp?entrID=392>

sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. (LOPES, p.187)

Pude perceber através do discurso das crianças, que a valorização da cultura africana e afro-brasileira, assim como todos os seus referenciais culturais, sofre enfraquecimento e inferiorização. Isto é potencializado por situações de racismo de discriminação praticadas por crianças, mães, pais, professores e professoras, muitas vezes, sem se dar conta. Situações, expressões linguísticas e comportamentos naturalizados socialmente que revelam o quanto a educação infantil necessita de uma abordagem voltada para o fortalecimento das questões étnico raciais.

Grande parte dessas crianças com as quais eu tive a oportunidade de conviver no ProJovem Urbano apresentavam um comportamento de baixa autoestima e inferiorização resultante de uma vivência social repleta de conflitos étnicos e sociais.

Então, a partir do momento que percebi que muitos professores não têm a sensibilidade e a coragem de seguir o que determina a Lei 10.639/03 surgiu a reflexão a respeito da contribuição do professor qualificado em Educação étnico-racial para a sua prática pedagógica que contribua para uma vivência menos conflituosa entre alunos da educação infantil.

Ao se constatar os constantes conflitos de atitudes discriminatórias na sala de aula, percebemos que o despreparo do professor tende a contribuir para disseminação do preconceito na educação infantil, mais precisamente contra as crianças negras. Desta forma, como educadores preocupados com o respeito à diversidade étnica e racial, nos perguntamos: como podemos incorporar à nossa prática atitudes de fortalecimento à cultura e aos valores africanos e afro-brasileiros? Com o intuito de mostrar como isto é possível, trarei o relato de minha experiência na sala de acolhimento como educadora do ProJovem Urbano.

Esse trabalho propõe destacar a importância da qualificação do professor em diversidade étnico-racial para saber trabalhar os conteúdos propostos pelas temáticas envolvidas, onde as crianças serão as beneficiadas com uma educação voltada para a valorização e o reconhecimento das diferentes culturas e identidades étnicas encontradas na escola. Para, dessa forma, construir uma consciência de reconhecimento e valorização através de ações afirmativas.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica compreende um universo de sonhos e fantasias, que por vezes se choca com a realidade de preconceitos e discriminação marcado pela utilização dos estereótipos e dos reflexos do branqueamento muito presente na escola, até mesmo através da literatura utilizada. É necessário que o professor esteja ciente disso para rever a prática pedagógica com o intuito de intervir e aproximar da realidade do aluno as abordagens propostas, caso contrário a sala de aula pode tornar-se palco da propagação da visão do negro como inferior e do branco como superior.

Um professor qualificado pode ajudar o aluno no processo de construção e/ou reconstrução de sua identidade. Assim como intervir nas ações discriminatórias geralmente presentes na sala de aula, uma extensão da sociedade.

A partir da minha experiência enquanto educadora pude presenciar atitudes de preconceito e discriminação pelas características do outro, onde muitas vezes não há tolerância e muito menos respeito. As crianças vivem numa sociedade tipicamente preconceituosa e tendem a assimilar elementos e estereótipos negativos quanto aos indivíduos diferentes, onde ser diferente muitas vezes significa ser feio. Eis então a necessidade de o professor estar atento para tais atitudes discriminatórias presentes no cotidiano da escola, e saber agir para que as nossas crianças entendam a presença das várias etnias presentes na nossa sociedade e respeite as diferenças étnicas, sociais e culturais.

O objetivo geral deste trabalho é mostrar que é possível ao professor contemplar uma educação pautada na valorização e no respeito à diferença étnica e racial.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, no qual também utilizamos pesquisa bibliográfica, análise de desenhos de alunos da sala de acolhimento do ProJovem Urbano de Guarabira/PB, juntamente com a experiência vivenciada durante 11 meses pela pesquisadora entre os anos de 2014 a 2015.

1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Na última década pesquisadores tem enfatizado como objeto de discussão a produção de estudos voltados para formação de educadores reflexivos e comprometidos com temáticas privilegiadas pelos movimentos sociais, a exemplo dos Movimentos Negros, que alcançou conquistas consideráveis em prol das pessoas negras.

Os estudos étnico-raciais estão em debate, não por um modismo, mas por uma necessidade social de reparar males cometidos contra as pessoas negras. Nesse sentido a educação tem um papel importante, educar para respeitar, alicerçado pela Lei 10.639/03 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que norteiam como colocar em prática a educação antirracista.

Este tema surgiu diante do fato de muitos professores/as não contemplarem na prática pedagógica os conteúdos de história da África e dos povos afro-descendentes, recusam-se, não dão importância ou não são preparados para abordagem das questões étnicas. Despreparo? Crença no Mito da Democracia racial? Ou Comodismo? O grande problema é Como por em prática esses conteúdos e efetivar o que exige a Lei 10.639/03? A escola, o que tem feito para isso? Como solucionar?

O Conselho nacional de Educação aprovou a resolução CNE/CP nº01/2004 na qual determina as diretrizes que deveriam ser implantadas em todas instituições de ensino, de acordo com o art. 3º da resolução CNE/CP 01/

A educação das relações étnico-raciais e o estudo de História e Cultura Afro-brasileira e história e Cultura africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes de valores, a serem estabelecidas pelas instituições de ensino e entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no parecer CNE/CP 01/2004. (BRASIL, 2004, p.32)

De acordo com essa resolução fica claro a responsabilidade das instituições de ensino, das entidades educadoras e coordenações pedagógicas na elaboração de um currículo escolar que tenha compromisso social e político buscando soluções para uma prática pedagógica antirracista.

Diante dessa problemática podemos perceber a importância da efetivação da lei 10.639/03 associada ao cumprimento da resolução CNE/CP 01/2004, que recomendam aos órgãos superiores como MEC, secretaria de educação e Instituições de Ensino e entidades aplicação das medidas imprescindíveis para dialogar com o currículo escolar implantados nas práticas pedagógicas que serão trabalhadas em cada escola.

Como percebemos no cotidiano da escola essas medidas não tem sido cumpridas pela maioria das instituições de ensino, podemos verificar o descaso e a falta de compromisso existente nas escolas, por não fazer parte do Projeto Político Pedagógico ações mobilizadoras que possam combater o enfrentamento do racismo no ambiente escolar.

Por isso como poderemos encontrar um culpa um responsável para tanto descaso no sistema educacional no qual o único objetivo é atender as metas estabelecidas pelo governo, que muitas vezes são manipuladas por órgãos do próprio governo.

Nesse contexto como encontrar uma solução para tantos problemas, o currículo escolar seria a chave ou documento? As mudanças efetivadas no currículo e na prática pedagógica desenvolveriam os conteúdos por um meio pratico pautado na valorização e no respeito às diferenças.

Dessa forma encontraremos a chave para iniciar as ações de enfrentamento quanto ao despreparo dos docentes e das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Nesse processo o currículo escolar é um documento muito importante por isso também tem um compromisso social e político podendo transformar os conteúdos de História da África e afro-brasileira numa realidade mais próxima do alunado podendo dialogar com os diferentes níveis e modalidades de ensino sem que haja prejuízo nas demais disciplinas.

A necessidade de profissionais sensibilizados com a temática é grande porque é iminente o risco de disseminar o racismo diante de uma abordagem ou até mesmo uma fala preconceituosa. Ou seja, não basta abordar o tema tem que saber como desconstruir todo um imaginário repleto de estereótipos em torno de grupos marginalizados.

A problematização da qualificação docente na educação para o trato com as questões étnico-raciais tem se destacado nos debates nos cursos superiores e especializações principalmente no processo de formação docente e como se encontra essa realidade no ambiente escolar, haja vista a necessidade de professores movimentados nessa tarefa.

Na tentativa de compreender os porquês de tanta falta de planejamento para ampliar as ações mobilizadoras nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, onde nos deparamos com uma dura realidade que ao longo da História tem se mantido na sociedade que são os interesses políticos e religiosos que serve de entraves no desenvolvimento da educação.

Sabendo da importância do professor no processo de ensino-aprendizagem torna-se essencial a aplicação da legislação e seu cumprimento no projeto político pedagógico das instituições de ensino e a permanência de cursos de capacitação profissional em Educação Étnico-Racial para combater as atitudes racistas no ambiente escolar.

Dessa maneira percebemos que o número de professores atentos para o trato com as questões étnicas na educação infantil vem aumentando, embora ainda seja visível o despreparo e a falta de sensibilidade de muitos professores para interferir positivamente durante os conflitos e nas abordagens de tais temáticas em sala de aula.

Considerando os diversos problemas existentes no espaço escolar, entendemos a escola como um lugar de diálogo que necessita de ações que intervenham nas relações sociais transformando os saberes em conhecimentos coletivos.

Nesse sentido surge um questionamento, as mudanças na Lei 10.639/03 e a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais vem sendo trabalhadas na formação continuada.

Em todo o país, especialmente no contexto paraibano, houve e ainda há muitas capacitações nesse sentido a fim de despertar os diversos profissionais da educação, desde a Educação Infantil à Pós-graduação, para a importância de seguir o determina a Lei. O Fórum Estadual de Educação e Diversidade Étnico-racial ocorrido em agosto de 2015 em João Pessoa, analisou os avanços, desafios e perspectivas, nessa ocasião foram apresentadas as ações já realizadas pelo fórum e pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba para implementação da Lei nº 10.639/03, participaram dentre outros representantes do NEABI, Associação das Comunidades Quilombolas; Projeto África Brasil; Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, deputada Estela Bezerra representando a ALPB, e as Secretarias da Mulher e da Diversidade Humana e Desenvolvimento Humano.

Essa problemática tem se tornado um grande desafio para o nosso sistema educacional para combater as diversas formas de discriminação encontradas no contexto da escola.

O documento de pluralidade cultural trata da diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade; é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caiçara, caipira, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuem para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão. O que se coloca, portanto, é o desafio de a escola se constituir em um espaço de resistência, isto é, de criação de outras formas de relação social e interpessoal mediante a interação entre o trabalho educativo escolar e as questões sociais, posicionando-se crítica e responsabilmente perante elas (Secretaria de Educação básica – MEC In PEREIRA, 2007, p.18).

Podemos perceber o quanto é imprescindível uma coordenação pedagógica capacitada e atualizada com as mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações Étnico-raciais. No entanto, a nossa realidade e vivência no campo educacional revela que na maioria das instituições de ensino, principalmente em escolas públicas os profissionais que assumem esses cargos na maioria das vezes são por indicações políticas. Dessa forma, é notório o motivo do despreparo e a falta de planejamento no processo de adequação e aplicação da Lei no currículo escolar.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica compreende um universo de sonhos e fantasias, que por vezes se choca com a realidade de preconceitos e discriminação marcado pela utilização dos estereótipos e dos reflexos do branqueamento muito presente na escola, até mesmo através da literatura utilizada. É necessário que o professor esteja ciente disso para rever a prática pedagógica com o intuito de intervir e aproximar da realidade do aluno as abordagens propostas, caso contrário a sala de aula pode tornar-se palco da propagação da visão do negro como inferior e do branco como superior.

A promoção de estudos e reflexões sobre questões étnicas envolvendo os afro-brasileiros, na atualidade, tem sido bastante relevante dando oportunidade ao professor, de rever a própria prática docente criando novas possibilidades para estimular os alunos a desenvolverem suas potencialidades e mudanças de postura, sem admitir diferenças e discriminações. A fim de promover uma compreensão e releitura de da cultura e mundo africano, e da sociedade brasileira.

As situações de conflitos e atitudes preconceituosas na sociedade, sobretudo na escola é um reflexo do racismo no Brasil, o historiador KabengeleMunanga até o caracteriza como típico do país, e geralmente não é feita a intervenção porque o professor não despertou ou está insensível para agir. Dessa forma a disseminação é iminente.

A formação continuada ainda está sendo uma possibilidade de trabalhar a temática racial, porque as pessoas que estão na secretaria de educação, ou melhor, nas escolas, percebem a importância e necessidade de se trabalhar a temática, principalmente pelo seu cotidiano na escola, querem trabalhar a temática, mas não sabem como, tem que ser mais do que só o material, não adianta levar o filme ou o kit e o professor não saber o que debater ou desenvolver a atividade. A formação continuada auxilia o professor não só no que fazer, mas também como e porque fazer, o que dizer, e como quebrar o silêncio, tem muita gente que está precisando desaprender para poder aprender. E há a necessidade de se reformular o currículo da formação inicial, e reaprender é mais difícil, às vezes doloroso, porque o professor tem que deixar algumas posturas e algumas verdades que estavam engessadas (Carmen Batista, entrevista concedida em dezembro de 2011).

A postura de muitos professores/as está impregnada de discriminação contra aluno negro e passa despercebido quando se privilegia o aluno de pele branca e se ignora o de pele negra onde é possível desconstruir certas visões pré-estabelecidas, numa representação de princesa, por exemplo, por que não colocar a aluna negra na tentativa de desconstruir a visão de que toda princesa tem que ser branca. Também compete ao professor intervir nos conflitos entre os alunos quando ocorre a discriminação.

A construção de um currículo etnocêntrico e as práticas disciplinares que objetivavam moldar os comportamentos era dirigida a uma população afrodescendente, que devia ser civilizada sob a ótica da cultura europeia (FONSECA, 2005, p. 111).

Contudo não podemos esquecer que o papel da escola é de respeito às diversidades culturais, mas tem se mantido historicamente em função de interesses políticos dificultando a troca dos diferentes saberes para mobilização efetiva dos órgãos superior como: MEC, Secretaria de educação, Instituição de Ensino e sociedade. Tudo isso é urgente as mudanças nas praticas pedagógicas em relação ao nosso objeto de estudo, alcançaria não só apenas o professor, mas toda comunidade escolar no processo da construção do conhecimento.

É pertinente configurar um sistema de relevância que destaque a responsabilidade social do Estado, da iniciativa privada e dos cidadãos no enfrentamento das questões relativas à educação. Para que os currículos não sejam apenas indicadores de metas, mas também objetivos no estímulo a aprendizagem, espera-se que a sociedade, como um todo, e educadores e educandos, em particular, situem no seu sistema de relevância o seu interesse pelas diversidades étnicas, culturais, econômicas e estéticas etc. A esse respeito, alguns passos institucionais têm sido dados, em especial a partir das ações da secretaria de Educação Continuada (PEREIRA, 2007, p.19).

Importantes ações vêm alcançando resultados consideráveis em prol de uma educação de qualidade a exemplo das constantes lutas do Movimento Negro, dos cursos de graduação como também de pós-graduação que contemplam a formação do professor com estudos sobre diversidade étnica afro-brasileira e Africana, como esta especialização em Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil na Universidade Estadual da Paraíba que muito vem contribuindo para isso.

2 O RACISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo da criança. A discussão da temática sobre as relações raciais na escola se faz necessária por vários motivos. É preciso considerar a escola como um espaço de construção e reprodução das práticas sociais. Desta forma, o racismo é uma prática social e a escola também é responsável pela consolidação e reprodução das práticas relacionadas a ele.

Contribuir com o combate ao preconceito e ao racismo é dever da escola e o caminho mais eficiente para isso está ancorado na construção de uma autoimagem positiva da criança negra. É preciso investir numa prática pedagógica que contribua de forma positiva na identidade étnica a qual as crianças pertencem.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais. (LOPES, p.187)

A prática do racismo no ambiente escolar ocorre constantemente. As crianças negras que sofrem atitudes preconceituosas ficam com marcas profundas na sua história. A importância de um educador comprometido com estas questões é imprescindível para uma prática pedagógica que privilegie uma educação com igualdade de direitos e valorização da criança negra. Sendo o racismo um ato muitas vezes enraizado pelas ideias pré-concebidas, de estereótipos, de falta de conhecimento e ignorância, mas que pode ser combatido com o conhecimento, que, especialmente na escola, deve considerar a memória coletiva e a diversidade cultural.

A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que altera a Lei 9394/96 e torna obrigatória, nos currículos dos níveis fundamental e médio em estabelecimentos oficiais e particulares do país, a inclusão da temática “História e Cultura Afro Brasileira” promove não só uma mudança curricular, mas também na formação e na prática dos profissionais da educação além das práticas sociais como um todo.

A educação é um direito de todos, e o Brasil de hoje, graças aos esforços realizados nos últimos anos, já está muito próximo de ter todas as suas crianças na escola. Isso é essencial para a construção de um Brasil mais justo. Mas não é suficiente. É preciso, ainda, que a educação tenha qualidade, que sirva para abrir os espíritos, não para fechá-los, que respeite e promova o respeito às diferenças culturais, que ajude a fortalecer nos corações e mentes de todos os brasileiros o ideal da igualdade de oportunidades. (CARDOSO, p.09 In Munanga, 2005)

É extremamente importante que o currículo escolar e os livros didáticos não contenham conteúdos de intolerância, nem de cunho racista para auxiliar positivamente o professor a trabalhar para desconstruir os estereótipos e ressignificar as religiões e culturas afro-brasileiras.

Diante o contexto social o qual a criança negra esta inserida, suas vivencias, decepções e rejeições, acabam por gerar nela um sentimento de inferiorização e auto rejeição levando-a a querer se assemelhar ao outro e estar inserida no modelo imposto pela sociedade como padrões de beleza, sendo preciso, pois, ensinar para as crianças que é bonito ser diferente, e que essa diferença não é sinônimo de desigualdade, mas de igualdade de direitos.

As crianças que discriminam o colega por sua vez, acabam por reproduzir um discurso estereotipado enraizado na sociedade brasileira, uma vez que ela é produto do meio, assimila tudo que acontece ao seu redor, sejam discursos positivos ou negativos. Nessa convivência, muitas vezes conflituosa as crianças interagem, reagem e podem superar os conflitos.

Na escola o professor é uma ferramenta importantíssima no processo educacional do aluno e como mediador do processo ideológico, mas para isso é preciso estar atento a presença do preconceito e dos estereótipos na sala de aula a fim de não reforçá-los. Embora que, muitos não se sintam capacitados para lidar com a questão racial. É importante considerar que o professor também precisa aceitar sua própria origem, afirmar sua identidade, se reconhecer no que ensina, para assim contribuir para uma educação voltada para a realidade brasileira.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais

a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais. (LOPES, p.187 In: Munanga, 2005)

As escolas precisam munir-se de estratégias com a finalidade de contribuir na eliminação dos efeitos do racismo de forma a repensar suas práticas e comprometer-se com a diversidade. Para obter resultados positivos é preciso começar a trabalhar as questões étnico-raciais na Educação Infantil, uma vez que o ser humano não nasce preconceituoso, mas se torna, é preciso evitar que se forme um cidadão preconceituoso. Eis então a importância de se ensinar desde a infância o indivíduo a ser antirracista a fim de obter uma sociedade onde haja mais respeito e compromisso com a diversidade. É claro que não é responsabilidade apenas da escola a responsabilidade de superar o racismo, mas é essencial a ela abordar as questões étnico-raciais objetivando formar cidadãos sensíveis a diversidade.

A partir do momento em que as crianças passam a ter contato as questões étnico-raciais, amplia-se o saber para elas, aprendendo desde pequenas a entender que a prática da discriminação não é correta magoa o outro. Já a ausência desse trabalho contribui para a perpetuação do racismo na escola. Por isso é importante orientar e instruir o professor e demais profissionais da educação para trabalhar e respeitar as especificidades dos alunos.

A escola pública é laica, não devendo, portanto, impor uma religião ou seja lá o que for, mas sim acolher as diversas culturas que a compõe, respeitar e disseminar o respeito e a tolerância entre todos que a frequentam visando desconstruir visões preconceituosas e construir novas abordagens, metodologias e estratégias para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

Nesse sentido não basta apenas institucionalizar o Projeto Político Pedagógico é necessário colocar em prática ao contemplar na prática do professor um discurso e uma educação de respeito e valorização das diferenças.

Para por em prática uma educação anti-racista é preciso atentar para elementos essenciais no contexto educacional, como o livro didático, o currículo da escola, a formação docente, a negação da diversidade racial no ambiente da escola, a distribuição de atenção, estímulo e afeto de maneira desigual. A forma como a criança é recepcionada pela professora, como a merendeira serve o seu lanche, como os professores ensinam os conteúdos é

assimilado pela criança através da observação e participação onde a mesma passa a construir uma visão sobre os acontecimentos e sobre o mundo a partir dessa vivencia.

Sendo assim é interessante que a temática da Educação étnico-racial seja contemplada por todas as disciplinas de modo a nortear todo o fazer educacional, e o material didático sejam analisados cuidadosamente para que os textos e as imagens estudadas não venham a contemplar uma visão estereotipada dos negros e do contexto histórico brasileiro.

Promover esse modelo de educação é um desafio ao professor que precisa considerar o conhecimento do educando, a historia e cultura de cada um, suas individualidades, e coletividades como também buscar a superação de uma visão eurocêntrica dos conteúdos. No entanto, o mais importante é o profissional antes de tudo refletir a respeito de suas ações e reações diante de atitudes de discriminação e se reconhecer como parte dessa sociedade.

E notório a resistência de muitos professores em implantar novas formas de ensinar, pois da muito trabalho e muitas vezes os colegas criticam, mas com persistência e paciência é possível perceber os avanços alcançados, na auto-estima dos alunos e até no interesse de outros colegas em trabalhar com a educação inclusiva .

3 RELATANDO A EXPERIÊNCIA NA SALA DE ACOLHIMENTO

Durante o período de 11 meses pude vivenciar uma experiência única como educadora cuidadora na sala de acolhimento de crianças do Projovem Urbano na Escola Monsenhor Emiliano de Cristo na cidade de Guarabira.

Trata de um programa de inclusão de jovens entre 18 e 29 anos no processo de escolarização, onde os alunos podem concluir o ensino fundamental no período de 18 meses além de participarem de qualificação profissional e participação cidadã. Durante todo o curso os alunos participantes recebem um auxílio no valor de R\$100,00 por mês, e os pais e mães que não tem onde deixar os filhos para ir a escola pode leva-los para a sala de acolhimento crianças entre 0 e 8 anos onde é proporcionado “ condições adequadas, de segurança, de bem-estar e de desenvolvimento às crianças, no período em que estão frequentando o programa.”

A sala de Acolhimento foi criada através de uma Nota técnica N°001/2012/ MEC/ SECADI/ GAB com o objetivo de apoiar os estudantes do ProJovem Urbano onde podem deixar seus filhos num espaço onde as cuidadoras buscam através de suas práticas associar integração, interdisciplinaridade, educação e cuidado.

São realizadas atividades lúdico-recreativas e educativas associando-as com os conteúdos estruturantes do programa. A cada unidade formativa são trabalhados mini-projetos com as crianças os quais as educadoras cuidadoras recebem elaborados para colocar em prática, temas como: O transito na minha cidade, Dia da mulher, Páscoa, Saneamento básico é necessário, dentre outros.

Esses projetos em sua maioria remontam a datas comemorativas, inclusive o dia da consciência negra é trabalhado pelos educadores apenas no dia 20 de novembro, não intensificando a abordagem, o que não atende a necessidade, diante a necessidade de ações pedagógicas voltadas para a conscientização do respeito ao diferente. Pois a maioria dos educadores não planeja, não programam para trabalhar o que determina a lei 10.639/03, para pensar e repensar a prática e o currículo escolar.

A nossa sociedade é mista étnica e culturalmente, mas isso não é sinônimo de harmonia e respeito a cultura e/ou etnia do outro. A variedade de cores, religião, cultura é

grande, mas a intolerância também, e por isso o professor tem que estar atento, pois é preciso abordar no cotidiano escolar e nos diversos segmentos educacionais e sociais.

Enquanto educadora pude notar um diferencial, no comportamento do professor que tem uma formação num curso de Educação étnico-racial e no que nunca viu algo sobre isso, quanto ao trato com as situações de conflito e discriminação na sala de aula. Por exemplo, a educadora cuidadora que trabalhava comigo na sala de acolhimento era qualificada para trabalhar com criança, mas não estava atenta aos conflitos, não tinha conhecimento para abordar questões étnicas, de preconceito e discriminação na sala de aula. Enquanto a partir do momento que comecei o curso de Especialização em Educação étnico-racial na Educação Infantil passei a perceber mais claramente quando uma criança era vítima de preconceito por um colega, por um professor ou até mesmo pelos pais, o que cheguei a presenciar, ao criticar uma característica do(a) filho(a) e poder intervir de forma consciente. Estar atento a essas questões deveria ser papel de todo professor, mas muitos desconhecem e outros não querem saber de “coisa de negro”, como falam.

Muitos professores conscientemente ou não acabam disseminando o preconceito na escola ao utilizar um discurso de inferiorização do aluno negro ou se não intervir durante os conflitos e estereótipos.

A lei também se aplica a esse público que está inserido na escola através de um programa, a maioria dos alunos são negros, estão fora da faixa etária escolar, e em condições de vulnerabilidade social, moram em bairros periféricos e fazem parte da linha de pobreza.

A necessidade de tratar da temática é urgente e necessária nos diversos segmentos educacionais e sócias, inclusive na sala de acolhimento do ProJovem Urbano. Pois as questões étnico-raciais aparecem e precisam ser consideradas pelo educador e por isso e de extrema importância que sejam incluídas nos projetos da sala de acolhimento. Pois é possível sim trabalhar tais questões.

A partir de uma proposta de intervenção pedagógica planejei uma semana de explicações para turma da sala de acolhimento do ProJovem Urbano de Guarabira que funciona na EEEFM Monsenhor Emiliano de Cristo, a clientela é de uma faixa etária diversificada com crianças de 6 meses até 8 anos de idade.

Tema: Somos iguais na diferença

Objetivo Geral: Compreender a diversidade étnica.

Objetivo Específico: Respeitar uns aos outros.

Recursos: lápis de pintar, papel A4, Tv e Dvd, literatura infantil afro-brasileira.

Metodologia: Exibição do Vídeo que cor é a minha cor, explanação sobre o tema, debate sobre a diferença, contação de histórias como “Menina bonita do laço de fita”.

Com esta turma foi possível desenvolver atividades de acordo com faixa etária, e também com todos os alunos ao mesmo tempo. Sendo assim com as crianças de 4 a 8 anos foi utilizada a dinâmica do desenho e pintura de si, também exibição de vídeos e roda de conversas sobre o porquê de sermos tão diferentes motivando o respeito mútuo. Já com as crianças de 1 a 3 anos, com a contação de história.



MACHADO, 2014

Foto 01: Desenhar e pintar a si próprio uma forma de se reconhecer

Durante as brincadeiras com bonecas é evidente a preferencia por bonecas brancas e magras, apenas uma menina não largou da boneca negra, e ainda ouvi da outra educadora: _ Deve ser porque ela se identifica. E sorriu. O fato que só duas meninas se interessam pela boneca negra, as outras nem olham. Então surge o questionamento por que as meninas de 1 ano de idade e em especial uma delas com mais melanina é que frequentemente quer a boneca para brincar enquanto as meninas acima de 3 anos só querem as bonecas brancas e magras?



MACHADO, 2014

Foto 02: Brincadeira com bonecas brancas e pretas

O fato é que a garota que não largava a boneca negra já possuía em casa uma que a mãe havia comprado para ela, e as demais não tinham e não faziam questão pela boneca escura. Também fica evidente que a criança de 3 anos já possui uma percepção e inserção de valores e modelos impostos pela sociedade, enquanto as crianças de 1 ano de idade está começando a absorver o que o meio social lhe oferece.

De acordo com a diretora-presidente do Instituto AMMA Psique e Negritude, Maria Lucia da Silva, entre 8 meses e 3 anos de idade, o ser humano começa a notar as diferenças físicas entre eles e os outros. A especialista destaca que, nesse período, é fundamental que ele se sinta aceito, acolhido e valorizado nessas diferenças. “Esse poderá ser o início do conflito que o bebê ou a criança irá travar com o seu corpo com base nas representações negativas que a sociedade tem e que se manifestam através de toques, olhares, chacotas, apelidos e imagens depreciativas”, explica

Ela ressalta que o desenvolvimento da auto-estima se dá nos primeiros anos de vida, por meio do modo que a criança é tratada pela família e também nas relações sociais. A inferiorização de determinados grupos raciais não deve ser negligenciada, sobretudo na infância. Na opinião de Maria Lúcia, as brincadeiras pejorativas entre colegas, muitas vezes tidas como “inocentes”, podem esconder padrões de comportamento que ajudam a perpetuar o racismo na sociedade. “Ao ser xingada, a criança sente-se humilhada, envergonhada”. Ela é destituída do seu nome próprio e de sua humanidade quando, por exemplo, lhe atribuem alguma característica animal, alerta. Entre os efeitos da constante exposição a situações vexatórias, estariam o sentimento de desvalorização, a rejeição da própria imagem, a inibição e a dificuldade de confiar em si mesma. (Maíra Streit, Revista Forum, 2013)

Antes dessa proposta eu já vinha intervindo e dialogando com os alunos durante as situações de conflito quanto ao desrespeito às características do outro, mas a partir do aprendizado com as literaturas e vídeos voltados para a educação étnico-racial infantil que a partir dessa especialização passamos a conhecer e ter acesso podendo trabalhar o tema de maneira mais sólida e prazerosa para os alunos que passam a se reconhecer como sujeito de uma identidade miscigenada.



MACHADO, 2014

Foto 03: Contação de história: Menina bonita do laço de fita



MACHADO, 2014

Foto 04: Contação de história: Menina bonita do laço de fita

Quanto as pinturas de si, peguei lápis de pintar bege (cor de pele para as crianças), marrom e preto, aproximei da pele de cada um para que auto si definissem, foi muito legal, todos queriam dizer a própria cor e opinar na do colega, mas pintar a pintura de si de marrom ou preto ninguém pintou, a menina que disse se orgulhar de ser negra fez o desenho e pintura n°01 se vendo como uma princesa:



FIGURA 01: Desenho de si
Princesa



FIGURA 02: Desenho de si
amarela



FIGURA 03: Desenho de si
moreno

A menina do desenho 01 disse: Eu tenho orgulho de ser dessa cor escurinha tia, eu adoro! Mas na hora de pintar o seu desenho de si usando o lápis de colorir alaranjado, da mesma forma o garoto do desenho n°03 se afirmou como moreno e utilizou o bege (para ela cor de pele). Da mesma forma a garota do desenho n°02 irmã da primeira por ter sua pele um pouco mais clara que sua Irmã se reconheceu como amarela. Em seguida conversamos sobre o porquê de sermos de cores tão variadas, e que a cor e os traços de cada um são normais são resultados da mistura étnica de brancos, negros e índios.

É interessante observar que a criança se reconhece negra, mas não se pinta com o lápis mais escuro porque no imaginário dela o marrom ou o preto não é a cor da sua pele. As crianças maiores diante da abordagem apontam logo a cor do colega. “Você é parda comentou uma, Ele é amarelo definindo a cor do garoto. E uma única menina de oito anos se reconheceu

como negra e ainda disse: tia eu adoro minha cor, sou orgulhosa dela. Nesse momento conversei com eles sobre a cor de cada um, e que era resultado da mistura de cores de seus pais, onde alguns tendiam mais a ser da cor da mamãe e outros da cor do papai, e assim foi a formação do nosso Brasil, uma mistura de povos que transformaram o nosso país num lugar de pessoas de cores diferentes. E que o negro trazido da África foi muito importante para o desenvolvimento do país. Enfim, nós não somos todos iguais na etnia, mas temos igualdade no acesso aos direitos.

O resultado foi satisfatório por que as crianças se interessaram e participaram, inclusive levei alguns vídeos do site a cor da cultura e eu percebi que a menina da pele mais escura simplesmente ficou encantada e no dia seguinte disse que queria assistir novamente. Após alguns dias de trabalhos percebi que os xingamentos quanto às características físicas cessaram por que aqueles que geralmente estavam envolvidos passaram e se perceber como parte da nossa sociedade multiétnica onde a maioria dos pais, um tem pele clara e outro mais escura e passaram a perceber que sua cor era proveniente dessa mistura.

E à medida que eu explicava que se tratava do território africano dos hábitos de povos africanos, enfatizando a diferença cultural: roupas, histórias, alimentação era perceptível que alguns ficavam encantados com o “novo” porque para eles trata-se de uma aproximação com a sua verdadeira história diferente do modelo europeu habitualmente, usada até mesmo no convívio escolar.

A partir de então se tornou um trabalho contínuo desconstruir as atitudes preconceituosas comuns e naturalizadas socialmente, algo difícil, uma vez que os colegas não sabem e ainda criticam ou atrapalham quem trabalha nessa perspectiva.

Quando passamos a conhecer as lei 10.639/03 e trabalhar essas questões na sala de aula, fica mais evidente perceber as situações de conflito e discriminação ocorridas na escola e é claro intervir para que o respeito e a tolerância étnico-cultural e religiosa passe a ser contemplada no ambiente escolar.

Durante a vivencia com as crianças frequentadoras da sala de acolhimento percebi que elas apresentavam em sua maioria comportamento considerado pela sociedade por falta de educação, por ser baseado na rebeldia, falta de respeito aos colegas, baixo rendimento escolar, e ainda inferioridade, e dificuldade de concentração. Ou seja, de acordo com autores

que veremos em seguida, essas são características comuns em crianças que sofre o efeito do racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é o local destinado apenas ao aprendizado dos saberes técnicos, mas também à internalização dos valores intrínsecos à construção das identidades. A construção da identidade da criança negra precisa ser fortalecida e legitimada também na escola, permanecendo no centro do debate sobre a questão étnico racial. Discursos e práticas discriminatórias na escola, precisam ser acompanhadas pelo olhar atento de um educador e cuidador que tenham compromisso social e político, buscando soluções para uma prática pedagógica antirracista.

O processo de discriminação e preconceito que é incorporado pela criança ocorre de maneira naturalizada pela forma como é apresentada, vindo a disseminar as práticas racistas na sociedade. O grande desafio da escola é o combate ao racismo já que o processo de formação da identidade é constituída por elementos negativos e positivos, repassados e incorporados pela sociedade.

E imprescindível ao professor estar ciente desse processo que a identidade da criança é formada, sendo ela algo que está sempre em formação, e permanente reconstrução, subordinada diretamente pela sociedade.

Considerando o professor como um agente transformador, entendemos o quanto é fundamental a qualificação do mesmo para trabalhar por uma educação igualitária como prevê a Constituição Federal, o Eca e as DCNs. Dessa forma, sua prática pedagógica permitiria, através de conteúdos voltados para a temática diminuir os conflitos e a discriminação no ambiente escolar. Assim como esta é a melhor alternativa para favorecer a construção de uma identidade positiva de reconhecimento e valorização étnica. Para isso a comunidade escolar e a família devem estar juntas nessa luta em prol da criança negra e na luta contra o racismo e a discriminação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO. Leticia Guimarães. **Educação Antirracista**: Uma pedagogia de respeito a diferença. Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012. p.1740-1756
- BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **A identidade racial em Crianças pequenas**. In: Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades-CEERT, 2012
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente 1990**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83) Atualizada em 15/5/2012
- BRASIL, Mec. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**: Distrito Federal, 2004
- Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional .9ªed. Brasília : Câ-mara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 45 p. – (Série legislação; n. 118) Atualizada em 20/5/2014.
- CANDAU. Vera Maria (Coord.). **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003
- LOPES, Vera Neusa. **Racismo, preconceito e discriminação** In: MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.185-204.
- Ministério da Educação/ Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**: Brasília: SECAD, 2006, 262 p.
- MUNANGA, Kabengele. (Org.) **Superando o Racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- OLIVEIRA, Ivone Maria de. **Preconceito e autoconceito**: identidade e interação na sala de aula. Campinas SP: Papirus, 1994. (Coleção Magistério. Formação e trabalho pedagógico).
- PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na escola**: questões sobre culturas afro-descendentes e educação. São Paulo: Paulinas, 2007
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1998.